

Até MPF se opôs a decisão de juiz que constrangeu a família Gomes

Por entender que o cumprimento de um mandado de busca e apreensão contra **Ciro Gomes** e o senador **Cid Gomes** (PDT-CE) seria contraproducente porque a investigação apura fatos que ocorreram há quase 11 anos, o Ministério Público Federal se manifestou de forma contrária ao pedido da Polícia Federal.

José Cruz/Agência Brasil



Decisão controversa que determinou mandado de busca e apreensão contra **Ciro Gomes** não contou com anuência do MPF
José Cruz/Agência Brasil

A manifestação foi assinada pelo procurador da República **Luiz Carlos Oliveira Júnior**.

"A eficácia da medida ora pretendida pela autoridade policial exige a contemporaneidade dos fatos supostamente criminosos praticados, o que não se verifica", disse.

A PF investiga supostas fraudes e pagamentos de propina a políticos na construção do estádio Castelão, em Fortaleza, uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. **Ciro** não ocupava cargo público na época. A obra custou naquele período cerca de R\$ 500 milhões. Itaquerão (SP) e Maracanã (RJ), cerca de R\$ 1 bilhão. E o estádio Nacional de Brasília, por volta de R\$ 1,5 bilhão.

"Sobretudo quando sopesado que implicam em medida drástica de ingresso na residência dos investigados, onde expõe pessoas alheias à investigação em curso como, por exemplo, filhos menores de idade, cônjuges, dentre outros, além de implicar em grande exposição social no local de residência dos investigados e de seus familiares", afirmou o procurador.

Apesar da posição contrária do Ministério Público Federal, o juiz [Danilo Dias Vasconcelos de Almeida](#), da 32ª Vara Federal Criminal no Ceará, acatou o pedido. O mandato foi cumprido nesta quarta-feira (15/12).



O magistrado determinou ainda a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Ciro, Cid e Lúcio Gomes, além de outros investigados. Em relação a esses pedidos, o MPF se manifestou favoravelmente por entender que esse seria o meio adequado para obter provas sobre a suposta prática de ilícito.

O mandado de busca e apreensão contra os irmãos Gomes provocou controvérsia tanto entre políticos como na comunidade jurídica. "Eu tenho absoluta segurança de que é ordem de Bolsonaro, tal a violência e arbitrariedade", disse Ciro (PDT), pré-candidato a presidente nas eleições de 2022.

Segundo o ex-ministro, o presidente Jair Bolsonaro (PL) "transformou o Brasil num Estado Policial que se oculta sob falsa capa de legalidade".

Ciro recebeu manifestações de solidariedade do ex-presidente Lula (PT). "Quero prestar minha solidariedade ao senador Cid Gomes e ao pré-candidato a presidente Ciro Gomes, que tiveram suas casas invadidas sem necessidade, sem serem intimados para depor e sem levar em conta a trajetória de vida idônea dos dois. Eles merecem ser respeitados", disse o petista.

Desagravo de juristas e Holocausto

Um grupo de 20 juristas com nomes como Lenio Streck, Silvia Pimentel, Pedro Serrano e Celso Antônio Bandeira de Mello assina nota de desagravo contra a decisão.

No texto, os especialistas criticam o uso descabido do sistema judicial como forma de perseguição política. "Mais uma vez — apesar de tanto já se ter combatido os excessos da dita operação "lava jato" —, a comunidade jurídica assiste, com perplexidade, a sobreposição do Direito pela sanha autoritária de agentes do sistema de justiça contra personalidades políticas importantes de nosso país, agindo como verdadeira polícia política", diz trecho da nota. **Clique [aqui](#) para ler na íntegra.**

Outra decisão recente do juiz Danilo Dias Vasconcelos de Almeida causou espécie na comunidade jurídica. Ele [absolveu](#) um homem acusado de racismo após negar o holocausto. A decisão foi contestada pelo MPF. Segundo o órgão, a fundamentação apresentada considera que todas as opiniões são discutíveis e, portanto, "sequer haveria espaço para a tipificação dos crimes contra a honra e muito menos do racismo".

Outro crítico da decisão foi Lenio Streck, colunista da **ConJur**. O jurista [afirmou](#) que um juiz negar o holocausto é como duvidar se o homem foi a lua. O juiz respondeu ao professor também em [texto](#) publicado pela **ConJur**.

Sobre a decisão recente envolvendo Ciro e Cid, Lenio afirmou que mais uma vez fatos antigos são requentados e dão azo a espetacularizações judiciais. "Isso me lembra as decisões de Sergio Moro. Lembro também do que aconteceu com o então governador Beto Richa, de igual forma fizeram isso com o ex-governador Ricardo Coutinho. Vamos dar nome às coisas: *lawfare*, o uso político do direito contra os adversários", sustentou.

Lenio explica que a receita é simples: paga-se um fato velho, um político com ou sem mandato, usa-se o Requeixa-se tudo e a mídia fará o restante. Falta só a letalhe. Tudo isso pode ser o trailer do que pode acontecer tuou.



Curtido por liriacruz_ e outras 20,2 mil pessoas

carla.zambelli Próximo prefeito de Fortaleza, cidade que merece a mudança para o bem. Chega de oligarquias e de massacrar a população do Ceará. A mudança começa pela prefeitura de Fortaleza, um dos lugares mais lindos do mundo! Agradeço ao meu marido Coronel Aginaldo por tê-lo apresentado para mim e eu ter tido a oportunidade de conhecê-lo para combatermos juntos o total domínio e o "coronelismo" aqui.

A disputa pelo governo do Ceará no ano que vem promete.

O bolsonarista Capitão Wagner, deputado da base de apoio do presidente no Congresso, tenta se cacifar para interromper a série de governos ligados aos Gomes e ao PT no estado.

Além do presidente da República, conta com o apoio do coronel Aginaldo de Oliveira, à frente da Força Nacional nacional e marido da também deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), uma das mais próximas aliadas da família Bolsonaro.

Clique [aqui](#) para ler a decisão
0816429-45.2021.4.05.8100T

Date Created
16/12/2021